ISSN: 2358-8829

DEMOCRACIA, AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO DA APRENDIZAGEM: REFLEXÕES PARA A REDE MUNICIPAL DE CAUCAIA

Katianne Jamilia Oliveira Nunes [1]
Izabel Serejo Lima [2]
Stefania Rodrigues de Sousa[3]
Laura Mirian de Almeida Muniz Feijo [4]
Gizelda de Medeiros Machado [5]
Renata Maria da Cunha Silva [6]

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a relação entre avaliação educacional e gestão da aprendizagem sob uma perspectiva democrática, tendo como referência o contexto da rede municipal de ensino de Caucaia, Ceará. Fundamentado nas reflexões de Adam Przeworski acerca da democracia e nas contribuições de Segatto, Ferreira e Castro, Lima e Bauer para os campos da gestão pública e da avaliação educacional, o estudo discute a importância da formulação de políticas públicas orientadas pelos princípios da transparência, da participação social e da responsabilização. A avaliação educacional é compreendida como instrumento estratégico para a gestão democrática da aprendizagem, na medida em que produz evidências para a tomada de decisões e fortalece a corresponsabilidade entre gestores, professores, estudantes, famílias e demais integrantes da comunidade escolar. O artigo também aborda os desafios e as possibilidades relacionados à construção e à validação de um modelo de política pública educacional que contemple práticas

[1]Doutoranda do Curso de Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE, katiannejamilia@gmaul.com
[2]Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Del Sol - Ciudad Del Leste - Paraguay, izabelserejo@gmail.com ;
[3]Doutoranda do Curso de ciências da Educação da Universidade Del Sol - Ciudad Del Leste - Paraguay, stefaniasousa3@gmail.com
[4]Mestranda do Curso de ciências da Educação da Universidade Del Sol - Ciudad Del Leste – Paraguay lauramirianmuniz@hotmail.com;
[5]Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos- FIP, gizeldamedeirosprof@gmail.com;
[6]Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Del Sol - Ciudad Del Leste - Paraguay, renatamaria127@gmail.com ;

avaliativas contextualizadas, participativas e inclusivas. Conclui-se que o fortalecimento da gestão democrática da aprendizagem é indispensável para a promoção da qualidade e da equidade na educação municipal, exigindo processos permanentes de diálogo, formação, monitoramento e aperfeiçoamento das ações educacionais.

A gestão pública da educação em nível municipal representa um campo de esforços contínuos voltados não apenas a assegurar a efetividade das políticas educacionais, mas também a garantir a participação democrática dos diversos atores envolvidos, tais como gestores, professores, estudantes e famílias. Nesse contexto, a avaliação educacional emerge como um elemento estratégico na gestão da aprendizagem, oferecendo subsídios para a tomada de decisões que respeitem os princípios democráticos e promovam a equidade e a qualidade do ensino (BAUER, 2017).

A reflexão sobre a democracia, especialmente sob a perspectiva apresentada por PRZEWORSKI (2024), constitui um referencial teórico relevante para a compreensão dos desafios atuais da gestão pública da educação. Segundo o autor, a democracia ultrapassa a mera realização de eleições livres, incluindo métodos que possibilitam administrar conflitos e divergências de valores de maneira pacífica e participativa. Essa compreensão é fundamental para a formulação e a implementação de políticas públicas educacionais que respeitem a pluralidade, incentivem a corresponsabilidade no processo de aprendizagem e, sobretudo, garantam a qualidade do ensino com equidade e respeito.

Este artigo tem por objetivo relacionar as discussões acerca das dimensões democráticas na gestão pública com a avaliação educacional, além de propor reflexões sobre a construção e a validação de um modelo de política pública educacional para a rede municipal de Caucaia. Para tanto, consideram-se as contribuições teóricas de SEGATTO (2018), FERREIRA e CASTRO (2019), LIMA (2018) e BAUER (2017), cujas produções acadêmicas abordam aspectos fundamentais da avaliação, da governança federativa e da gestão baseada em evidências no campo educacional.

A relevância deste estudo evidencia-se pela necessidade de fortalecer práticas de gestão que alinhem os procedimentos avaliativos aos valores democráticos, garantindo a participação e a transparência, sobretudo em contextos municipais que enfrentam desafios socioeconômicos e institucionais específicos. Ademais, compreender a avaliação

educacional não apenas como um mecanismo técnico, mas como uma política pública imbuída de princípios democráticos, pode contribuir para o aprimoramento da aprendizagem e de sua gestão na rede municipal de Caucaia.

Aspectos democráticos na gestão pública da educação

A gestão pública da educação enfrenta desafios que exigem a conciliação entre técnicas administrativas e princípios democráticos, a fim de garantir a legitimidade e a efetividade das ações governamentais (SEGATTO, 2018). Contudo, essa integração frequentemente confronta contradições práticas e tensões entre os discursos democráticos formais e as realidades institucionais, políticas e sociais. Em diversos contextos municipais, como o da rede de Caucaia, observa-se um significativo distanciamento entre a teoria da gestão democrática e a prática cotidiana, marcada por estruturas hierárquicas rígidas, limitações orçamentárias e resistência a processos participativos genuínos.

Por isso, é fundamental questionar até que ponto as políticas e os modelos vigentes promovem, de fato, a inclusão e a participação efetiva, em vez de perpetuarem mecanismos tradicionais de controle administrativo que, sob o disfarce de inovação democrática, restringem o protagonismo dos atores escolares. Na perspectiva de PRZEWORSKI (2024), a democracia vai além do mero exercício eleitoral, exigindo métodos para administrar conflitos e disputas de modo pacífico e participativo. Essa visão minimalista entende a democracia como um sistema em que os cidadãos escolhem coletivamente seus governantes, apoiado por instituições que garantem a liberdade para eleger e destituir esses governantes.

No âmbito da gestão pública educacional municipal, esses princípios democráticos traduzem-se na necessidade de práticas que promovam a transparência, integrem as vozes dos diversos atores educacionais e respeitem as normas institucionais que regem a administração pública. SEGATTO (2018) ressalta que a governança federativa deve contemplar essas múltiplas dimensões, ajustando a coordenação entre os entes federativos e fortalecendo a participação social para garantir decisões mais legítimas.

A integração entre democracia e gestão implica que a avaliação educacional não deve ser vista apenas como um mecanismo técnico ou de controle, mas como um instrumento

democrático capaz de orientar políticas públicas alinhadas aos objetivos coletivos e às demandas sociais. FERREIRA e CASTRO (2019) enfatizam que a gestão baseada em evidências favorece práticas docentes e administrativas fundamentadas em dados concretos. Quando associada a processos participativos, essa forma de gestão fortalece a responsabilização e o engajamento da comunidade escolar.

Entretanto, a aplicação desses princípios enfrenta desafios práticos, especialmente em contextos municipais marcados por desigualdades estruturais e limitações institucionais, como é o caso da rede municipal de Caucaia. A consolidação de um modelo de política pública que considere tais dimensões exige esforços contínuos para harmonizar critérios técnicos com aspectos normativos e políticos inerentes à democracia, conforme destacado por PRZEWORSKI (2024). Apenas assim será possível assegurar que a avaliação e a gestão da aprendizagem promovam avanços efetivos e legítimos para toda a comunidade escolar.

Avaliação educacional como instrumento democrático na gestão da aprendizagem

A avaliação educacional, tradicionalmente entendida como um processo técnico voltado à medição do desempenho escolar, tem-se consolidado como um instrumento fundamental para a gestão democrática da aprendizagem. Conforme destacam BAUER (2017) e LIMA (2018), é preciso que a avaliação transcenda a mera aferição de resultados, incorporando propósitos formativos e participativos que envolvam os diversos integrantes da comunidade escolar na construção de diagnósticos e intervenções educacionais. A avaliação não deve ser vista como uma mera atividade burocrática destinada simplesmente ao cumprimento de exigências, muito menos como instrumento de punição e controle disciplinar (SILVA, 2018, p. 26).

No âmbito da gestão pública municipal, essa perspectiva está alinhada à proposta de FERREIRA e CASTRO (2019), que defendem uma gestão baseada em evidências, na qual as decisões são sustentadas por dados concretos oriundos de avaliações sistemáticas e compartilhadas. Essa abordagem fortalece a transparência e a responsabilização, elementos essenciais para a legitimação democrática dos processos administrativos, além de fomentar um ambiente de corresponsabilidade entre gestores, professores, estudantes e famílias.

Ademais, a avaliação participativa cria espaço para o diálogo e para o reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a comunidade escolar, reduzindo o risco de práticas autoritárias e verticalizadas. Essa dimensão ganha relevância à luz das reflexões de PRZEWORSKI (2024) sobre a democracia como método para gerir conflitos e diferenças, uma vez que a gestão da aprendizagem deve contemplar diversas perspectivas e interesses, buscando resultados que respeitem a pluralidade e promovam o bem-estar coletivo.

Finalmente, a construção e a validação de modelos de políticas públicas educacionais que incorporem esses aspectos democráticos à avaliação educacional contribuem para o fortalecimento da rede municipal de educação de Caucaia. Esses modelos precisam considerar as especificidades locais, as condições socioeconômicas e institucionais, bem como o contexto cultural, assegurando que as práticas avaliativas sejam contextualizadas, legítimas e eficazes para promover uma educação de qualidade, inclusiva e democrática.

Construção e validação de modelos de política pública educacional na perspectiva democrática

A construção de modelos de política pública educacional pautados em princípios democráticos representa um desafio intrínseco à gestão municipal, sobretudo em contextos como o da rede de ensino de Caucaia. Essa tarefa requer a articulação entre o rigor técnico das avaliações educacionais e a sensibilidade política necessária para garantir que as decisões reflitam as múltiplas vozes e os diferentes interesses da comunidade escolar.

SEGATTO (2018) enfatiza que políticas educacionais eficazes decorrem de uma governança federativa que contempla a participação social e a cooperação entre os diferentes níveis de governo. Essa governança amplia o caráter democrático da gestão, integrando mecanismos de controle social e fortalecendo a transparência e a responsabilização pública. Nesse sentido, o modelo a ser desenvolvido para Caucaia deve incorporar instâncias consultivas e deliberativas que permitam a participação ativa de gestores, professores, famílias e estudantes.

A validação desse modelo, por sua vez, deve envolver processos sistemáticos que incluam a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos sobre os impactos da política pública na aprendizagem, conforme recomendado por FERREIRA e CASTRO (2019). Essa etapa é fundamental para assegurar a adequação do modelo às condições reais da rede, a efetividade das intervenções e a legitimidade perante os atores envolvidos.

Além disso, LIMA (2018) destaca que a mudança educacional sustentável depende da articulação entre práticas avaliativas formativas e a gestão democrática, que, em conjunto, valorizam o diálogo e o monitoramento contínuo dos processos. Assim, a validação do modelo precisa criar espaços para a reflexão coletiva e para o feedback permanente, integrando as ações de gestão às expectativas e às necessidades da comunidade escolar.

Por fim, o compromisso com a democracia implica reconhecer que a construção e a validação de políticas públicas educacionais são processos dinâmicos, sujeitos a revisões constantes diante das demandas sociais e das conjunturas políticas em evolução. Dessa forma, o modelo para a rede municipal de Caucaia deve ser concebido como um instrumento vivo, capaz de incorporar aprendizados e ajustes contínuos e comprometido com a melhoria da qualidade e da equidade no ensino.

Desafios e perspectivas para a rede municipal de Caucaia

A rede municipal de ensino de Caucaia enfrenta diversos desafios para a implementação de uma gestão educacional fundamentada em princípios democráticos e em práticas avaliativas estratégicas. Entre esses desafios, destacam-se as desigualdades socioeconômicas presentes no território, as limitações na formação de gestores e docentes para o desenvolvimento de práticas avaliativas participativas, bem como a fragmentação e a insuficiente articulação entre os atores institucionais responsáveis pela formulação e pela execução das políticas educacionais. Esses fatores evidenciam a complexidade de implementar modelos inovadores em contextos marcados por desigualdades estruturais e demandam esforços articulados, contínuos e interinstitucionais para a sua superação.

Essas condições refletem, em parte, o diagnóstico apresentado por PRZEWORSKI (2024), que aponta para a complexidade de conciliar múltiplos valores e interesses sob o regime democrático, especialmente quando conflitos e divergências são intensificados

por contextos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, consolidar uma gestão democrática da avaliação demanda investimentos em formação continuada, a implementação de mecanismos estruturados de diálogo e o comprometimento político das instituições, a fim de garantir a efetiva participação dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Entretanto, as perspectivas são promissoras diante do potencial das políticas públicas orientadas pela gestão baseada em evidências, conforme ressaltam FERREIRA e CASTRO (2019). Essas políticas podem fortalecer a transparência, a responsabilização e o planejamento estratégico na rede municipal de Caucaia, favorecendo a inclusão e o aprimoramento da aprendizagem dos estudantes. Além disso, a adoção de modelos participativos pode promover a corresponsabilidade, ampliando a legitimidade das políticas e das práticas avaliativas.

Nesse contexto, torna-se fundamental que a rede municipal adote estratégias integradas que articulem a avaliação formativa e a somativa, a capacitação dos atores envolvidos e o estímulo à participação social. O monitoramento contínuo desses processos permitirá os ajustes necessários para enfrentar desafios emergentes, assegurando que a política educacional permaneça alinhada aos valores democráticos e às necessidades da comunidade.

Finalmente, reforça-se que a construção de um modelo de política pública educacional validado na prática e inserido em uma gestão democrática não constitui uma ação pontual, mas um processo contínuo de aprendizagem institucional, que requer compromisso coletivo e flexibilidade para adaptação — elementos essenciais para o progresso da educação municipal em Caucaia.

Conclusão

A articulação entre avaliação educacional e gestão da aprendizagem na rede municipal de Caucaia, sob a perspectiva democrática, revela-se fundamental para a construção de políticas públicas educacionais legítimas, inclusivas e eficazes. A análise dos aspectos democráticos na gestão pública, fundamentada nos conceitos de PRZEWORSKI (2024) e nas contribuições de SEGATTO (2018), FERREIRA e CASTRO (2019), LIMA (2018)

e BAUER (2017), aponta que a democracia no campo educacional vai além da esfera eleitoral, envolvendo a participação ativa, a transparência e o equilíbrio entre os diversos interesses.

O modelo de política pública educacional, elaborado e validado a partir de práticas avaliativas participativas e de uma gestão baseada em evidências, fortalece a responsabilização e o engajamento dos atores envolvidos, criando espaços para a negociação e o monitoramento constante dos processos educacionais. Esse modelo responde aos desafios específicos da rede municipal de Caucaia, marcada por desigualdades sociais e institucionais, e contribui para consolidar uma gestão democrática da aprendizagem.

Reconhece-se, entretanto, que a efetivação dessa política pública exige atualização contínua, formação e diálogo entre gestores, profissionais da educação e a comunidade escolar, considerando que a democracia educacional é um processo dinâmico e sujeito a tensões e transformações. Dessa forma, a construção de uma educação de qualidade na rede municipal de Caucaia passa pelo compromisso ético e político de defender a democracia como método para administrar conflitos e construir coletivamente o futuro educacional.

Por fim, a integração entre avaliação e gestão da aprendizagem, pautada em valores democráticos, mostra-se um caminho promissor para fortalecer a escola pública municipal, ampliando a equidade, a qualidade e a participação social — elementos essenciais para a efetiva promoção do direito à educação.

Palavras-chave: avaliação educacional; gestão da aprendizagem; políticas públicas; democracia; gestão pública.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BAUER, José Paulo. *Avaliação e gestão educacional: perspectivas contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FERREIRA, Ana Lúcia; CASTRO, Maria Paula. Gestão baseada em evidências na educação municipal. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 75, p. 123-145, 2019.

LIMA, Beatriz. Mudança educacional e avaliação: tendências e práticas. São Paulo: Edusp, 2018.

Edusp, 2018.PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e seus desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2024.

SEGATTO, Catarina Ianni. Políticas educacionais e governança federativa. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Ana Paula Lima da et al. Avaliação educacional externa: Impactos do Ensino Fundamental nas práticas da Educação Infantil. 2018.